

CEDI - P. I. B.
DATA 27, 06, 86
COD 0 F D 0 7

J A V A R I

(Julio Cesar Melatti p/
o Aconteceu/83)

O Parque em "banho maria"

Desde a publicação do volume Javari (vol. 5 da coleção Povos Indígenas do Brasil, São Paulo, CEDI, 1981), o trabalho de definição e delimitação das terras indígenas da região permaneceu praticamente parado. O processo está há longo tempo guardado no DGPI, tendo sido enviado uma vez a Manaus, onde parece estar novamente. O ex-presidente da FUNAI, Cel. Paulo Moreira Leal, mostrava-se contrário à criação de um Parque, dando preferência à demarcação de uma reserva para cada povo, ainda que seus limites viessem a se tocar. Na segunda metade de janeiro de 1983, um avião da FUNAI, de dois motores, realizou sobrevôos na área para fins de delimitação. Marcos Terêna participou deles como co-piloto. Parece, entretanto, que a época não era das mais propícias para essa tarefa, devido à pouca visibilidade. Não se sabe o que dela resultou de concreto.

É lastimável que a FUNAI se demore em dar uma solução ao problema, seja optando pelo Parque, seja pelas reservas, pois a corrida pela legalização das terras já se iniciou na região e certamente a indefinição em que ficam os territórios indígenas pelo órgão tutor somente favorece à requisição e ocupação dos mesmos pelos não-índios. Ao visitar a agência do INCRA em Benjamin Constant, sob cuja jurisdição está incluída toda a região, em março de 1983, J.C. Melatti soube que a mesma tinha conhecimento da existência de vários lotes ("seringais", como se diz na região) com títulos definitivos e legítimos de propriedade, isto é, que podem provar que foram adquiridos inicialmente do Estado. Alguns desses lotes, que vão indicados no mapa anexo, estão situados dentro da área de uma ou de outra, ou de ambas, propostas de Parque. É o caso dos seringais Macau, Cavalo Marinho, Santo Eusébio, Boa Fé e Paraíso, na beira do Javari, na área dos Kanamarí que corresponde aos limites setentrionais do Parque; do seringal fronteiro ao São Bento, na margem direita do baixo Curuçã, em terras freqüentadas pelos índios do Quixito e pelos Kanamarí; dos seringais Valença, Gêno-

agora,

va, Arena, Porto Alegre, Flora e Floresta, na margem esquerda do Itacoaí, acima da confluência com o Ituí na seção do Parque proposta para os Korúbo; do seringal São Paulo e mais dois seringais sem nome no baixo rio das Pedras, afluente do Itacoaí, em área freqüentada pelos Kulína; de dois seringais chamados São Vicente, na altura do igarapé Uchoa, área dos índios arredios do alto Jandiatuba; do seringal São Miguel, no médio Jandiatuba, embora neste caso, se aceitarmos as modificações dos limites propostas nas "Considerações sobre a área do Parque do Javari", de E.Heck, L.Neres, A.Kabrak e C.Cavuscens, não afete território indígena. No rio Ituí, entre os paralelos de 69 e 6940' Sul, aproximadamente, há dezesseis lotes pertencentes à empresa Três Pinheiros; entretanto, o pessoal da empresa discorda do INCRA, alegando que esses lotes ficam mais para baixo. Segundo o comerciante Oscar Gomes, funcionário da empresa, pertencem a ela ambas as margens do Ituí, desde os igarapês Bode e Açaí, a montante do igarapé Jacurapã e do rio Novo de Cima, até os igarapês Esperança e Quebrados, no baixo Ituí. Certamente essa alegação esconde o objetivo de localizar os lotes abaixo do PIA Ituí, em sua nova situação, junto ao igarapé Boeiro, de modo a evitar disputar com a FUNAI, sobretudo dentro das poucas áreas onde ela parece estar mais firmemente instalada. Mesmo assim, as pretensões da Três Pinheiros afetam terras dos índios do Quixito, dos Korúbo e dos Matís.

Mas, enfim, a maior parte do território do Parque estava livre da presença de lotes com títulos definitivos. É bem verdade que o alto Javari, o alto Curuçã, o Pardo, o Jandiatuba e o Jutaí ainda não haviam sido levantados, o que só deveria ocorrer a partir do segundo semestre de 1983. Não dispomos, porém, de informações a respeito. Mas isso não é tudo. Pessoas jurídicas ou físicas podem requerer terras ao INCRA; em área de fronteira, as primeiras podem adquirir até 10.000 ha e as segundas, 3.000. Tanto umas como as outras têm de apresentar projetos para explorar a terra, sendo que, no caso das primeiras, o INCRA não aceita como projeto a extração de madeira ou borracha. Quanto a pessoas físicas, qualquer ocupante que resida com a família numa área, pode requerê-la até os limites de 100 ha, Se não reside com ela na área em que pagando Cr\$ 50,00 por ha.

trabalha, pode adquiri-la mediante licitação pública, com preferência sobre os demais pretendentes. Essa preferência se traduz no processo segundo o qual, se seu lance for inferior ao de outro, as benfeitorias que fez são avaliadas e acrescentadas a ele. Se mesmo assim o lance continuar inferior, o pretendente tem um prazo, parece que de trinta dias, para cobrir a diferença.

A distribuição de terras na região está inteiramente sob a jurisdição do INCRA, que atua nas áreas de segurança nacional, as quais abrangem as faixas de 150 km ao longo da fronteira internacional e de 100 km de cada lado de qualquer estrada federal construída ou projetada. Sem dúvida o destino do Parque ou das reservas indígenas depende de um bom entrosamento entre a FUNAI e o INCRA, de modo que a primeira informe o segundo a respeito das terras ocupadas por índios. Porém o contato entre os dois órgãos não se faz a nível regional, apenas entre suas presidências, em Brasília. Não obstante, Melatti observou que há funcionários regionais do INCRA sensíveis aos direitos dos povos indígenas, enquanto ouviu de outro comentários mais conformes aos argumentos dos comerciantes, dizendo que a FUNAI ^{pretende} fazer um Parque que não vai deixar lugar para os civilizados, que o índio não quer Parque, ^{paz e} ~~mas~~ apenas terra suficiente para trabalhar, ~~e quer paz~~, e que os índios preferem os regatões à FUNAI.

A afirmação, de um funcionário do INCRA, de que a área do Javari é das menos procuradas por não dispor de estradas, não pode ser tomada ao pé da letra. Vale, talvez, para estranhos, mas não para os ocupantes de colocações de madeira ou estradas de seringa, que pretendem a terra, bem como as empresas comerciais regionais, que querem legalizar os lotes que até aqui vêm explorando ou arrendando como se fossem verdadeiros proprietários. Parece até mesmo que há pretendentes que lançam mão do recurso de distribuir o lote entre os filhos e outros parentes, quando ele ultrapassa a superfície máxima permitida, no momento de requerê-lo ao INCRA.

Invasões

2 Mas o território indígena é ainda muito mais ameaçado pela ocupação pura e simples, sem maior amparo legal. Uma dessas invasões é a promovida por Petrônio Magalhães, empresário de Cruzeiro do Sul. Em 27-2-83, Mário Peruano, civilizado casado com mulher Marūbo, que acabava de retornar daquela cidade para o alto Ituí, contou a Melatti que naquele dia deveriam estar saindo de lá com famílias de seringueiros, que desceriam o Juruá, subiriam o Solimões e o Javari, a fim de trabalhar no alto curso deste rio para Petrônio Magalhães, que aí arrendara terras. Esse empresário, que tinha irmãos como sócios, havia feito um empréstimo bancário com que comprara até avião. Ele foi de Cruzeiro do Sul a Bom Jesus, no alto Javari (defronte à guarnição peruana de Bolognesi) e encontrou aí o campo de pouso impedido com paus. Fora o coronel de Tabatinga que mandara bloquear para impedir o pouso de peruanos. Petrônio telefonou para o coronel, dizendo que o campo de sua propriedade estava entupido de paus, e este respondeu que ia mandar tirá-los. A informação de Mário Peruano era verdadeira, tanto que o Porantim, nº 54, de agosto de 1983, na p. 13, publicou a notícia "Invadida a área Mayorūna", onde informa que a leva de cem pessoas chegou ao Batã em maio e que o projeto de Petrônio Magalhães visava a instalar 800 famílias de seringueiros, sendo duzentas até o final de 1983. A área de exploração pretendida por Magalhães seria todo o Jaquirana, isto é, o Javari da confluência do Galvez para cima, tanto a margem brasileira como a peruana, onde teria feito arrendamentos. Essas atividades iriam afetar os Mayorūna, sobretudo os da aldeia de Santa Sofia, os arredios que andam pelo Batã e Hospital e ainda os Mayorūna dos igarapês Lobo e Ituxi. Noticiava ainda que Dom Adalberto Marzi, Bispo da Prelazia do Alto Solimões, e a Coordenação da Pastoral Indigenista na região haviam encaminhado carta ao presidente da FUNAI em 25 de maio, informando a respeito da situação. O Porantim, nº 57, de novembro de 1983, na p. 6, volta a insistir com a matéria "Mayoruna, área ameaçada", onde informa que em 6 de junho o secretário-geral da CNBB, Dom Luciano Mendes de Almeida, encaminhara ao presidente da FUNAI um longo relatório

do bispo da Prelazia do Alto Solimões, sobre a invasão, a que ele respondera que estava acionando os mecanismos competentes e alertando a Delegacia Regional para providências. Também alertada pela equipe da Pastoral Indigenista da Prelazia, a dita Delegacia, bem como a AJUSOL, não tomaram nenhuma providência. Noticiava ainda que, além de estarem extraindo látex nas vizinhanças da aldeia de Santa Sofia, os seringueiros tinham acabado com os ovos de tartaruga e tracajã, que fazem parte da alimentação Maybruna no período mais seco, matando também os quelônios, consumiram os frutos de um pupunhal plantado pelos índios e estavam afugentando sua caça e competindo com eles, com malhadeira, na pesca. O Estado de São Paulo (26-6-83) também noticiou a invasão, e a Folha de São Paulo (29-6-83) divulgou que o delegado regional da FUNAI declarou que pedira a interdição do campo de pouso para impedir a invasão e alegara que a FUNAI tem dificuldade em fiscalizar a área, dada a sua extensão e difícil acesso.

O mesmo Mário Peruano também contou que um civilizado chamado Félix estava abrindo seringal no alto Curuçã e que havia índios Marúbo trabalhando com ele. Aliás, pouco dias antes (23-2-83), o Marúbo Mário Brasil tinha contado a Melatti que a Petrobrás tinha feito uma casa, havia um ano, no igarapé Açaí, afluente do alto Curuçã. A Petrobrás não ocupava então a casa, mas voltaria no futuro. Nas imediações dessa casa mateiros abriam estradas de seringa e seringueiros as limpavam, trabalho que faziam na estação seca. O "patrão" (fornecedor-comprador) desses seringueiros era Petrônio Magalhães.

Segundo o mesmo Marúbo, havia trinta pessoas extraíndo látex no alto Paraguaçu, levando seu produto para o Juruã. Eram seringueiros com casas, família e roçados. Pelo que Melatti entendeu, em 1981 tinham entrado sete na área e os demais em 1982. O comerciante que lhes compra a borracha é Quelêo, que tem os seringais chamados Ipixuna (não confundir com o núcleo urbano de mesmo nome) e Testa Branca, no rio Juruã; Quelêo mora em Cruzeiro do Sul. O rio Paraguaçu, nas suas cabeceiras, é formado por dois afluentes; os trinta seringueiros ocupam o da direita. Entre esse formador e o afluente Água Preta, mais abaixo, vive há muito tempo o civilizado Crispim (Francisco Veríssimo),

que lidera um grupo de cinco famílias ligadas por laços de parentesco, num total de 29 não-índios. Segundo uma informação, do local em que vive Crispim há um varadouro até a beira do Juruá, cujo percurso demora sete horas. O Marúbo Mário Brasil contou que Crispim tinha mercadorias fornecidas pelos comerciantes Queléo, Lauro e Aldomar, de Cruzeiro do Sul, mas, dadas as dificuldades em lhes pagar suas dívidas, estava perdendo seus "fregueses" (por falta de abastecimento) para o informante, que é um "patrão" indígena.

A atitude dos Marúbo, pelo menos de Lauro Brasil, diante das invasões do território indígena é ambígua. Embora Lauro se mostre preocupado com as invasões mais recentes, no que tange a Crispim é mais tolerante. Na verdade mantêm boas relações com Crispim e seus liderados, que, por sinal, mantêm relações comerciais com Lauro. Melatti, nos primeiros dias de sua chegada à maloca de Lauro (a partir de 2-2-83), assistiu a uma festa a que compareceram como convidados Crispim e seus vizinhos. A recepção e o encerramento foram realizados segundo à moda Marúbo, mas durante todo o tempo houve baile ao som de discos. Os próprios missionários toleram a presença de Crispim (fazem mesmo comércio com ele), conquanto não avance mais para dentro do território indígena.

Um relatório sem data, referente à Comunicação de Serviço nº 6/AJUSOL/81, apresentado pelos funcionários Divino Gonçalves Amador, Samuel Vieira Cruz e Osvaldo Franco Barros, diz que os signatários constataram na visita ao rio Branco, afluente do Itacoai, em 1981, a presença de várias turmas de madeireiros sob a responsabilidade de Manoel Vicente, Austides Feliz, José Batorã, Raimundo Félix e José Uchôa, o último sem autorização do IBDF, tendo os dois primeiros financiamento do Banco do Brasil. Tinham derrubado, estimaram, 2.500 toras, inclusive 1.000 de madeira de lei. A invasão do rio Branco começara havia dois anos, portanto desde 1979. Outro relatório, de Samuel Vieira Cruz, Chefe do PIA Ituí, e de Pedro Oliveira Coelho, Chefe do PIA Marúbo, datado de Atalaia do Norte, 9-2-82, afirma que foi constatada a invasão do igarapé Merda Viva (sic), afluente das cabeceiras do rio Branco, por turmas dos madeireiros Antônio Tracajã, Chico Félix e Jonas Fê-

lix, em área dos Matís, que chegavam a se alimentar das roças indígenas e a se utilizar ocasionalmente de indivíduos desse povo para trabalhos de caça, exploração de madeira e limpeza de varadouros. Os signatários supõem que esse contato com madeireiros teria sido responsável pela epidemia de gripe que matou dez Matís, havendo denúncia de que havia sido administrado óleo de motor, por via oral, a dois enfermos, o que lhes apressara a morte. Já o relatório do mesmo chefe do PIA Ituí, datado de Atalaia do Norte, 18-5-82, assegura que pelo rio Branco a área indígena estava invadida de alto a baixo em ambas as margens; no rio Itacoaí, desde a confluência com o Ituí até a altura do igarapé Tigre. Quanto ao Ituí, afirma que sua margem direita estava sendo explorada por madeireiros desde a confluência com o Itacoaí até a altura do igarapé Caxeiro, havendo algumas famílias na cabeceira do Paraguaçu que escoavam sua produção para o Juruá (a que já se fez referência). Em sua viagem de subida pelo rio Ituí, em janeiro de 1983, Melatti realmente observou que em suas margens se localizavam casas habitadas, a grande distância umas das outras, desde sua foz até pouco antes da antiga localização do PIA Ituí. Porém, dada a presença dos Korúbo, sua margem direita estava desabitada, em longo trecho, desde aproximadamente o paralelo de 4955'Sul até a foz do rio Negro. Se isso acontecia na margem direita do Ituí, deveriam estar também desertas, pelo mesmo motivo, a margem esquerda do Itacoaí abaixo da foz do Branco, e a margem esquerda deste, no seu curso inferior. Na subida do Ituí, Melatti se encontrou com Chen (Raimundo Soares de Almeida), que lhe declarou que madeireiros seus estavam trabalhando no rio Negro. O mesmo Chen também lhe contou que tinha acabado de ir entregar 800 toras de madeira branca (eram 1.500, mas perdeu uma parte) em Benjamin Constant, extraídas do rio Pardo, afluente do Curuçã.

Um relatório de Osvaldo Franco de Barros, chefe do PIA São Luís, datado de Atalaia do Norte, 25-3-81, denuncia que José de Menezes Filho penetrou no igarapé Rurado, a duas horas de viagem abaixo do posto, para aí extrair madeira. O já citado relatório referente à Comunicação de Serviço nº 6/AJUSOL/81 confirma que o mesmo mantinha três turmas de madeireiros no igarapé em fevereiro de 1981. Nas já re-

feridas "Considerações sobre a área do Parque do Javari", encaminhadas ao CEDI por Egon D. Heck, Lino João de O. Neres, Araci H. Labrack e Claire L.J. Cavuscens, datadas de Fátima de São Lourenço, janeiro de 1983, afirmam^{se} que na área junto ao Irari estavam localizados cinquenta brancos.

5 Nas mesmas "Considerações" indica^{se} que havia 33 famílias brancas nas margens do Jruazinho, afluente do Jutaí; mas nelas se propõe excluir do Parque boa parte dessa área (todas as alterações propostas nessas "Considerações" estão indicadas no mapa anexo).

O abastecimento dos Índios e sua produção extrativa

Apesar da implantação de projetos da FUNAI para a compra da produção indígena e fornecimento de artigos industrializados, este órgão não tem tido sucesso na tentativa de substituir os regatões. Isto se deve à falta de recursos financeiros com que se debate constantemente a AJUSOL, à precariedade de suas embarcações, que passam longos períodos em reparos, à descontinuidade de orientação dos sucessivos funcionários que ocupam sua Chefia, à ausência de critérios com que são distribuídos os instrumentos de trabalho, impedindo, enfim, tudo isso o estabelecimento de uma rotina em que as datas de abastecimento das cantinas, o embarque do látex ou o rebocamento da madeira, os direitos e deveres das partes envolvidas, possam ser bem estabelecidos e previstos. Por outro lado, para com os regatões, os Índios já esperam um determinado tipo de relação e sempre podem prever as datas em que sobem ou descem os rios, organizando sua produção e consumo de acordo com elas. Os próprios Índios acabam por aceitar as idéias que presidem o sistema de aviamento, e tentam eles mesmos, individualmente, ocupar melhores elos na cadeia hierárquica de "patrões" e "fregueses". Quando Melatti realizou sua pesquisa no início de 1983, por exemplo, os Marúbo do Ituí contavam com três "patrões" indígenas: Lauro Brasil, Raimundo Dionísio e Sebastião.

O primeiro, abastecido com mercadorias fornecidas pelo

regatão Raimundo Cabral, de Benjamin Constant, tinha não somente "fregueses" Índios e civilizados, a quem adiantava artigos em troca da futura produção de borracha e madeira, como também dispunha de indígenas que considerava como seus "trabalhadores", pagando-lhes por dia (diárias que somente receberiam quando chegasse o dito regatão). Lauro também se abastecia, comprando à vista, em Cruzeiro do Sul, mas aí somente artigos que pudessem ser trazidos por carregadores indígenas através do varadouro. Para fazer suas compras nesta última cidade, lançava mão até do recurso de levar carne de caça para lá vender. Junto a sua maloca dispunha de um pequeno barracão sobre pilotis, feito de tábuas pintadas e coberto de zinco, onde tinha suas mercadorias em prateleiras e atendia ao balcão seus "fregueses" e "trabalhadores". Durante todo o mês de fevereiro Lauro só falava em seu compadre Cabral, a quem aguardava ansiosamente. Gabava-se até de ter ido com ele ao coronel de Tabatinga para reclamar que a FUNAI não deixava o regatão subir o rio. O coronel mandou uma mensagem ao chefe da AJUSOL, que deixou Cabral passar, com uma permissão para comerciar com os Índios por cinco anos. O já citado relatório referente à Comunicação de Serviço nº 6/AJUSOL/81, denuncia o comércio de Cabral no Ituí, o aviamento de Lauro por ele, no valor aproximado de Cr\$ 200.000,00, e apresenta até a quantidade de madeira produzida pelos Marúbo que então trouxe: 135 toras de cedro, 29 de marupã e 12 de ucuuba. Mas, na verdade, não somente Lauro faz negócio com Cabral; pelo menos mais um dos "patrões" Marúbo também o faz; e vários Marúbo preferem vender-lhe diretamente a madeira e a borracha, sem o intermédio dos "patrões" indígenas.

Raimundo Dionísio, outro "patrão" Marúbo, administra o fornecimento feito pela FUNAI. Quando Melatti esteve na maloca em que vive, nas vizinhanças de Vida Nova, ele quase já não dispunha de mercadorias. Disse que começou por conta própria; depois Samuel Vieira Cruz, quando chefe do PIA Ituí, forneceu-lhe mais mercadorias. Porém o chefe da AJUSOL reclamou dele junto a Melatti, dizendo que, além da FUNAI, também fazia negócios com regatão e que não soubera esperar o preço da borracha subir, vendendo-a logo a seu "patrão". Na verdade, parece

que o chefe da AJUSOL não soube agir como Raimundo espera: como "patrão". Quando este lhe ofereceu a borracha que trouxera, o funcionário interpretou a oferta como um presente, um gesto político, e recusou-se a receber. Na verdade, ao que parece, Raimundo estava entregando seu pagamento ao "patrão" (FUNAI), que lhe tinha adiantado as mercadorias. E se queixa de que a AJUSOL não o ajudou a arranjar um comprador para seus produtos e nem mostrou interesse em receber sua prestação de contas. Quando a embarcação da FUNAI desembarcou Melatti na maloca em que vive Raimundo, seu irmão, João Pajé, num longo discurso, reclamou ao chefe do PIA Ituí (não mais Samuel), entre outras coisas, como podia chegar até ali sem trazer nenhuma mercadoria.

Sebastião, por sua vez, filho do civilizado Faustino, já falecido, e de mãe Marúbo, tem sua casa na entrada do varadouro que liga o Ituí ao Juruá. Tinha como fornecedor, ao que parece, o comerciante Chico Alípio, parente seu de Cruzeiro do Sul, e também mantinha negócios com Raimundo Cabral. Parece que então não tinha muita mercadoria e estava com dificuldades em receber as dívidas de seus "fregueses".

No lado do Curuçã seria José, filho de João Tuxaua, o encarregado das mercadorias fornecidas pela FUNAI. Mas não temos maiores informações a respeito. No que tange à FUNAI, não ficou clara o tipo de relação que estabelece com os índios: o que considera aviamento e o que toma como presentes.

O intérprete entre os Matís e os madeireiros era o índio Pedro Mayorúna. Tendo o madeireiro Antônio Tracajã falhado em levar as mercadorias que prometera aos Matís, Pedro ameaçou de ir buscar seus companheiros da aldeia de Lameirão para expulsar os madeireiros. Dois dos Matís, cujo descontentamento fora aumentado por uma epidemia de gripe que ceifou alguns deles, mataram Pedro Mayorúna com uma arma de fogo emprestada por Antônio Tracajã no período de passagem de ano de 1981 para 1982. É o que conta o já citado relatório de Samuel Vieira Cruz e Pedro Oliveira Coelho, de 9-2-82. Um funcionário disse a Melatti que os madeireiros é que tinham estimulado os Matís a matar Pedro, para poderem se aproveitar das mulheres indígenas. Na verdade, o descontentamento dos Matís para com Pedro Mayorúna já datava de mais tempo (ver

volume Javari, p. 90-92). Também um relatório datado de Brasília, 13-10-80, de Irisma Alves de Moraes, assistente do diretor do DGO, tratava das relações de Pedro Mayorūna com os Matīs como um problema, mas a dificuldade de afastá-lo estava no fato de já ter um filho com uma de suas duas esposas Matīs. Foi contado a Melatti que os funcionários, para evitar transtornos, disseram aos Mayorūna que Pedro havia falecido de uma enfermidade. Porém, um funcionário Kulīna narrou o que realmente ocorrera a Nazareno, líder^{dos} Mayorūna do Lameirão. Estes fizeram então uma expedição aos Matīs para vingar a morte do companheiro, mas desistiram no meio da viagem. Porém prometeram fazer nova tentativa. Ao que parece, Pedro Mayorūna não era simplesmente um intérprete; estaria ensaiando tornar-se "patrão" dos Matīs.

Saúde e população

6 Um "Relatório de atividades na área de saúde realizado no período de 05/05 a 05/06 de 1982, através da FUNAI com sede em Atalaia do Norte", assinado por Paulo Cēzar Debeni e Carmen Maria Velo Schmidt Filha, alunos de Medicina da PUC-RS, refere-se à visita médica realizada nas aldeias de Lameirão (Mayorūna), onde se examinaram mais ou menos 120 indivíduos; do P.I. São Luīs (Kanamarī), com cerca de 160 examinados; do P.I. Índios Marūbo (provavelmente o PIA Ituī); com aproximadamente 40 examinados; e dos Índios Matīs, de que não diz quantos se examinaram. Em todos os locais considera o estado geral regular, menos no Lameirão, em que afirma ser de regular ^{mú} para mau. As patologias encontradas são arroladas, mas não se especifica o número de casos de cada uma. Registra que foram aplicadas vacinas anti-tetânica, Sabin, contra sarampo e DPT em adultos e crianças, sendo que, quanto ao Lameirão, especifica que o foram em primeira dose. Constata ainda a ausência de elementos profissionais na área de saúde, as dificuldades de transporte e a insuficiência de medicamentos nos postos.

Dos povos indígenas da região, sem dúvida o que passou por problemas mais sérios ultimamente foi o dos Matīs. Um relatório de Samuel Vieira Cruz, Chefe do PIA Ituī, datado de Atalaia do Norte, 9-8-82, descreve os óbitos ocorridos entre os Matīs desde maio-junho de

1981 a junho de 1982, num total de 38 mortes. Entretanto, pelo menos três delas não foram de Matís: as de Pedro Mayorūna e de duas crianças Marūbo. Dois erros datilográficos de datas dificultam muito a compreensão desse importante relatório. Através dele se sabe que a maior parte dessas mortes ocorreu a partir de um surto de gripe que assolou o PIA Ituĩ, atingindo os Matís e os Marūbo. A gripe foi levada para a maloca do alto Jacurapā por dois Matís que para lá se deslocaram. E foi aí, no período de julho a agosto de 1981, que fez a maior parte de suas 21 vítimas fatais. Outro surto de gripe que fez pelo menos oito mortes e ocorreu na passagem de 1981 para 1982 entre os Matís que estavam no alto rio Branco (por ocasião da morte de Pedro Mayorūna; note-se que o já citado relatório que a esta se refere cita que então morreram dez Matís). Por conseguinte, esse relatório nos mostra que o surto de gripe que foi noticiado pelos jornais (Folha de São Paulo, 30-6-82; texto de Melatti no Jornal de Brasília de 27-8-83) como tendo ocorrido em meados de 1982, na verdade aconteceu um ano antes, tendo havido outro na passagem de 1981 para 1982. No começo de 1983, o chefe da AJUSOL disse a Melatti que haviam morrido na verdade 48 Matís e não 32, como se noticiara. O atendente de enfermagem confirmou as 48 mortes e assegurou que o total dos Matís era agora de 87 indivíduos. Segundo o mesmo, há, entre os adultos, mais indivíduos do sexo feminino do que do masculino, ocorrendo o contrário entre as crianças. Disse também que havia quatro mulheres Matís grávidas, e que houvera três partos, todos bem sucedidos, após a crise. Também comentou que entre os Marūbo do PIA Ituĩ o número de homens é maior do que o de mulheres e que eles cobijavam as Matís, mantendo relações sexuais com estas, havendo casos menos frequentes de relações sexuais de homens Matís com mulheres Marūbo. O problema era que os Marūbo lhes transmitiam gonorréia. Reparou que os Matís aceitavam os remédios e até pareciam preferir as injeções. Já os Marūbo reclamavam que recebiam menos atenção do atendente e este lhes explicava que os Matís precisavam mais dele, devido ao contato recente.

A aluna de Medicina Márcia Silveira Graudenz, da UFRGS, publicou uma página sobre suas duas visitas aos Matís, no Correio do

Bovo de 27-2-83. A primeira, de 18 a 23 de setembro de 1982, quando, estando no Campus Avançado de Benjamin Constant, foi combater um surto de gripe, a pedido da FUNAI, juntamente com o médico pediatra Jorge Hauschild, que retornou no mesmo dia. Até sua saída, quando os índios já melhoravam, não ocorreu nenhum óbito entre os 87 Matís atendidos. Estando o PIA Ituí instalado em novo local (no igarapé Boeiro), para onde se atraíram os índios, não dispunham eles de roças próximas nesse momento crítico. Sua segunda estada foi no início de outubro do mesmo ano, junto com uma equipe da Expedição Custeau, quando os Matís ainda convalesciam. ^{Seu} estado de declínio, nesses dias em que vinte brancos estavam no local, fez a aluna perceber a fragilidade imunológica dos Matís frente aos microorganismos transportados assintomaticamente pelos estranhos. Notou também sua vulnerabilidade às picadas dos piuns, que infestam a área do posto, pois, por viverem tradicionalmente longe das margens, não estão habituados com esses mosquitos.

7

Em 9-8-83, Notícias Populares, de São Paulo, divulgou que a 1ª. Delegacia Regional da FUNAI estava encontrando dificuldades em atender os índios Kanamarí, Mayorūna e Marūbo, atingido^s por gripe e diarreia, pois, devido à estiagem, as águas baixas dos rios não permitiam a navegação; entretanto, até então não tinha havido vítimas fatais.

8

No que tange aos Kanamarí de Massapê, no alto Itacoaí, uma carta de Silvio Cavuscens ao CEDI, de 16-11-83, apontava que recentemente se registrara entre eles vários casos de tuberculose, vinte casos de blenorragia, malária e uma virose grave que atingiu quinze indivíduos, falecendo um por falta de transporte.

Uma carta do Marūbo Benedito Dionísio da Ferreira, datada de outubro de 1983, dirigida a Delvair e Julio Melatti, de difícil leitura, além de aludir à descida de índios Marūbo do alto Ituí para morar no PIA Ituí (provavelmente no antigo local desse posto), convidados pelo chefe de Atalaia (AJUSOL),^e à construção de um campo de pouso no Curuçã, refere-se ao falecimento de cinco crianças e de uma moça, acrescentando que não morreu gente grande. No início de 1983, Melatti viu nas vizinhanças de Vida Nova uma mulher que sofria de câncer ginecológico, desenganada pelos médicos. Uma irmã classificatória sua, es-

posa do mesmo marido (o velho Paulo, que mora junto ao antigo local do PIA Ituĩ) já havia morrido ^{em maio de 1981} do mesmo mal. Ambas receberam tratamento hospitalar, sem resultados. Há uma comunicação de Samuel Vieira Cruz, chefe do PIA Ituĩ, datada de Atalaia do Norte, 18-5-82, que se refere ao caso.

Quando Melatti passou pela região em inícios de 1983, o chefe da AJUSOL, sempre às voltas com a falta de recursos, ainda animado pela passagem da Expedição Custeau, que fora até os Matís no ano anterior, esperava que o cientista que a dirigia viesse a prestar apoio a um projeto que pretendia elaborar. Também punha esperanças no Campus Avançado de Benjamin Constant, que esporadicamente socorre os Índios da região. Corria até a notícia de que a lancha Igara, do Campus, iria subir o Ituĩ para atender os Índios, o que, então, não ocorreu. Melatti notou, porém, que a direção do Campus está mais voltada para o atendimento aos civilizados.

Quanto à população indígena recente, os dados são fragmentários e incompletos. Ante-projetos da FUNAI, sem data, mas provavelmente elaborados no final de 1982, oferecem dados sobre a população a que devem atender:

	Masc.	Fem.	Total	Proponente
PIA Lobo <i>Lobo + 31</i>	150	128	278	Walmir Vitor dos Santos
PIA Curuçã	71	54	125	José Aureo do Carmo Castro
PIA São Luís	69	71	140	Osvaldo Franco Barros
Aldeia Massapê	99	105	204	Pedro Oliveira Coelho

Os dados acima referentes ao PIA Lobo obviamente não incluem os Mayorūna arredios; mas não há indicação que nos permita saber se incluem todos os Mayorūna já contatados do lado brasileiro; certamente não incluem os de Lameirão. Desde a publicação do volume Javari tem havido mudanças de localização dos grupos locais Mayorūna e migrações entre os mesmos. Um relatório de Arceu Carvalho Borja, então chefe do PIA Lobo, datado de Atalaia do Norte, 10-5-81, fala da intenção dos moradores da aldeia Trinta e Um de se deslocarem para o rio Pardo, de onde eram originários, a que o signatário era favorável, sobretudo para evitar o contágio de moléstias trazidas pelos brancos que transitam pelo

9

10

Tal migração não ocorreu, pois, segundo relatório de Walmir Vitor dos Santos, chefe do PIA LOBO, de 5-11-82, a aldeia Trinta e Um teve choques com a do Igarapé Lobo, por causa do rapto de uma moça e da primeira por um homem da segunda, com objetivos matrimoniais, em setembro de 1982.

Javari. ~~Não se sabe se ocorreu tal migração.~~ O volume também não assinala a aldeia de Santa Sofia, no Javari, na altura dos 6º Sul. No lado peruano, segundo "Alcances del Programa de Apoyo en la Población Matsigenka Rio Galvez 1980-1982", sem data, enviado ao CEDI por Luis G. Calixto Méndez, em anexo a ^{sua} carta de 6-6-83, sabe-se da existência dos seguintes asentamientos Mayoruna (ver mapa anexo):

	Masc.	Fem.	Total
Nuevo San José de Añunshi	17	15	32
Nueva Chobas	17	13	30
Nuevo San Juan			12
Remoyacu	40	37	77
Buen Perú	19	18	37
Paujil	7	8	15

203 aproximadamente

Na referida carta se sabe que as comunidades acima são atendidas pelo Proyecto de Investigación y Desarrollo en Comunidades Nativas, executado pelo Instituto de Investigaciones de la Amazonia Peruana; porém a maior parte dos Mayoruna do Perú se concentra junto ao curso do igarapé Choba (Chobayacu) distribuída em mais de 14 casas grandes, num total de cerca de 500 índios, ~~Atendendo a população de Paujil e Chobayacu em 1982, a população de Santa Sofia em 1983, a população de Remoyacu e Buen Perú em 1983,~~

atendidos pelo Summer Institute of Linguistics. Porém, no segundo semestre de 1982, por problemas de alimentação, parte dessa população do Choba estava se transferindo para Remoyacu e Buen Perú. Por sua vez, o asentamiento de Paujil, em março de 1983, estava recebendo migrantes oriundos da aldeia de Santa Sofia, do Brasil.

O número de 125 habitantes para o PIA Curuçã no^s citados ante-projetos da FUNAI é muito alto, parece-nos, para os Marúbo que moram ao lado do posto e muito baixo se referente a todo o Curuçã. Melatti, que não esteve no Curuçã em 1983, com ajuda de um informante ~~que~~ que de lá voltara recentemente, contou 147 indivíduos em suas malocas, sem incluir o PIA Curuçã. Portanto, a população total dos Marúbo do Curuçã é maior do que este último número. Quanto aos Marúbo do Ituí, jun-

tando-se os dados ainda esparsos que Delvair Montagner Melatti (outubro de 1982 a fevereiro de 1983) e J.C. Melatti (janeiro a março de 1983) tomaram entre eles, pode-se ^{calcular, provisoriamente, pelo menos 298} ~~existir 298~~ ^{Marúbo} neste rio, inclusive 40 que vivem junto ao antigo local do PIA Ituí. Parece que os Marúbo se fixaram definitivamente neste local, apesar de sempre afirmarem que retornarão para as cabeceiras do rio, e sua presença foi um dos motivos que levou a FUNAI a decidir a transferência do posto mais para o sul, para o igarapé Boeiro (ver o já citado relatório de Samuel Vieira Cruz de 18-5-82), onde fixou todos os 87 Matís sobreviventes. Assim, atualmente há Índios Marúbo ao norte dos Matís, invertendo parcialmente as antigas posições.

Índios arredios

Segundo declaração (de que se consultou um fragmento), do funcionário Sebastião Sampaio da Silva à Comissão de Sindicância instaurada através da Comunicação de Serviço nº 29/AJUSOL/82, de 22-7-82, em 13 de julho de 1982, os Índios Korúbo mataram os servidores da FUNAI Amelio Rosado Wadick e José Pacífico de Almeida, que, encarregados de pescar para a equipe de atração, tinham ido recolher uma canoa e os espinhéis. Isso ocorreu depois de dois contatos amistosos dos Korúbo com a equipe, ~~permanecendo na lancha da FUNAI~~ quando já integrada pelo declarante, sendo que no segundo cinco indígenas haviam entrado na lancha da FUNAI, foram medicados e tiveram os cabelos cortados a seu pedido, permanecendo de quatro a cinco horas a bordo, retornando ao anoitecer para seus tapiris. Mas não compareceram ao encontro que tinham marcado para o dia seguinte, não havendo mais encontros até o dia em que mataram os funcionários. A deduzir das breves notícias divulgadas no Estado de São Paulo de 16-7-82, o ataque ocorreu dois ou três dias depois do último contato amistoso, quando oito deles aceitaram remédios.

Segundo informações tomadas por Melatti no início de 1983, o PIA Marúbo, ^{após} reativado, encarregado da atração dos Korúbo, estava na margem direita do Itacoai, na altura do igarapé Jô, e as mortes ocorreram nas suas vizinhanças. A notícia delas fez a população da cidade de Atalaia do Norte ameaçar a sede da AJUSOL, que teve de ser guarda-

da por uma pequena guarnição militar. Os corpos das vítimas, que demoraram a chegar, foram expostos em duas mesas na praça da cidade. Parentes de uma das vítimas disseram a Melatti que a tragédia se devia a um incidente ~~de~~ de sua véspera: como os Korūbo que visitavam a lancha da FUNAI se demorassem muito a sair, os servidores receberam ordem de atirá-los nãgua; seu parente, vitimado no dia seguinte, fora justamente quem os tirara da água e os levara de canoa até a margem. Contaram também que, havia mais tempo, quando os Korūbo mataram o funcionário Jaime Pimentel, os Kanamarí tiveram de matar vários deles para resgatar o corpo. Atos como esses, tão contrários à tradição dos sertanistas, certamente não ocorreram e essas acusações devem ser atribuídas ao inconformismo dos informantes em aceitar a morte de um ente querido. Talvez tenham sido boatos como esses que teriam levado os moradores da cidade a ameaçarem a AJUSOL.

12
Além de aparecerem na altura do igarapé Jõ, foi mostrado a Melatti, em janeiro de 1983, o ponto na margem direita do Ituí, na altura dos 5º Sul, onde os Korūbo costumavam aparecer todos os anos, tendo aí surgido pela última vez havia menos de um ano. Um funcionário da FUNAI contou que em agosto de 1982 houve um sobrevôo da área Korūbo, localizando-se três maloca habitadas e cinco aparentemente não ocupadas. As primeiras localizavam-se junto ao curso superior do rio Novo de Baixo (ver mapa).

14
Quanto aos Índios do rio Quixito, ouviu Melatti de um funcionário que eles apareciam nas margens do Ituí, acima da foz do Coari.

Em inícios de 1983, os Marūbo estavam preocupados com os sinais de Índios estranhos, sobretudo nas vizinhanças da maloca de Reissamon. Pelo menos duas vezes João Pajê para lá se deslocou, onde realizou sessões xamanísticas, com a presença de representantes de outras malocas, para tentar conseguir esclarecimentos sobre esses Índios. O comportamento dos Marūbo alternava entre tentativas de atração, deixando-lhes como oferta cachos de banana dependentes, e a possibilidade de repeli-los com armas de fogo. Ora se pensava que eram Matís, ora que Índios do Juruá, com bastante experiência de contato (cortes deixados

em galhos com instrumentos de ferro, por exemplo), ora em Índios ainda desconhecidos. Samuel Vieira Cruz, em seu várias vezes aqui citado relatório de 18-5-82 e também num outro de 9-2-82, fala de um grupo arre-dio que estaria pelas imediações do igarapé Pentiaco. No primeiro também diz que haveria um grupo não contatado no alto rio Novo de Cima.

O Jornal da Tarde e o Dia noticiaram em 30-12-83 que o presidente da Petrobrás confirmara em mensagem escrita ao deputado Mário Juruna que realmente se haviam detonado duas cargas moldadas numa cla-reira para afugentar com o estampido os Índios que cercavam um acampa-mento da empresa nas cabeceiras do Jandiatuba, no último mês de novembro. Isso ocorreu depois que os Índios haviam atacado três funcionários da Petrobrás, flechando um deles. Notícias chegadas de Eirunepê em 7-1-84 afirmam que a FUNAI encontrou 27 malocas entre o igarapé São José e o rio Jandiatuba, havendo cerca de 18 a 20 moradores em cada uma. Uma das malocas é circular e as demais em forma de charuto. A FUNAI encontrou tanto pessoal da Petrobrás como do CIMI na área. E há mais Índios na área, ainda não contatados.